



MARINHA DO BRASIL

CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM MANAUS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

Por meio das Gestorias de Municíamento, as Organizações Militares Subordinadas ao Comando do 9º Distrito Naval atendem atualmente aproximadamente 2.800 militares e servidores civis, com café da manhã, almoço e, eventualmente, jantar, além de eventos desportivos e militares em conjunto com outros órgãos. A entrega dos materiais de gêneros secos ocorre diretamente em cada Organização Militar da Amazônia Ocidental, conforme procedimentos da Norma Secretaria Geral da Marinha – 305 (4ª Revisão), de 30 de outubro de 2024, e a Circular nº 6/2026, da Diretoria de Finanças da Marinha, publicações que normatizam as atividades ligadas ao setor de alimentação, tendo como base o valor das etapas e dos complementos financeiros definidos.

II - Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade;

O material a ser adquirido deverá atender as especificações técnicas do Termo de Referência. Os bens deverão ser entregues nos endereços informados no Apêndice IV do Termo de Referência.

O prazo de entrega dos materiais será contado a partir da data do aceite da nota de empenho pelo fornecedor, no prazo de 10 (dez) dias corridos.

Devem ser observados os seguintes Critérios de Sustentabilidade:

- a) Registro na ANVISA (Decreto-Lei nº 986/1969);
- b) Para os produtos embalados devem ser observadas as regras de rotulagem nutricional (Resoluções 359 e 360, de 23 de dezembro de 2003, da ANVISA), as relativas a aditivos para materiais plásticos (RDC nº 17, de 17 de março de 2008) e a proibição do uso industrial de embalagens metálicas soldadas com liga de chumbo e estanho para acondicionamento de gêneros alimentícios, exceto para produtos secos ou desidratados (Lei nº 9832/1999);
- c) Para os produtos de origem animal: O estabelecimento deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos

serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA); e

- d) Para as empresas da indústria de produtos alimentares e bebida, conforme item 16 do anexo I da IN nº 13, de 23 de agosto de 2021, obrigação de inscrição no cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.

Os requisitos mínimos de qualidade estão previsto no Apêndice V do Termo de Referência. A INFOTEC 30-175A é um documento elaborado pela Diretoria de Abastecimento da Marinha, que possui previsão sobre os requisitos de qualidade referente a gêneros alimentícios da Marinha do Brasil.

III - levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções:

Tendo como base a promoção da livre concorrência, comprovada após um amplo levantamento de mercado, como também as contratações anteriores da MB e de outros Órgãos, aliado ao fato dos materiais a serem contratados se tratarem de bens considerados comuns, a contratação deverá ser realizada na modalidade de licitação Pregão, na sua forma eletrônica, do tipo menor preço por item, utilizando a sistemática do Registro de Preços.

Nesta contratação, o emprego do Sistema de Registro de Preços (SRP) encontra respaldo nos incisos I, II e V do art. 3º, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, pois este processo visa adquirir estes produtos frequentemente, muitas vezes através de entrega parcelada, e devido à natureza do objeto, não é possível definir com exatidão a quantidade demandada.

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa; e

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Ressalta-se que os itens licitados são usados regularmente e, devido as suas características, não convém que sejam estocados em grande quantidade ou por longo período de tempo. Nestes casos, a adoção do SRP mostra-se a escolha mais acertada, tanto por trazer para o Órgão o benefício da economia de escala, como por possibilitar um gerenciamento mais eficiente dos estoques, dentre outras vantagens.

Como característica do SRP, está a não obrigatoriedade de contratação das quantidades (estimadas) ora licitadas, visto que as solicitações de fornecimento atenderão às necessidades das Organizações Militares Apoiadas.

IV - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução;

Como forma de identificar as soluções de mercado que atendam aos requisitos especificados para a contratação dos materiais deste Estudo, foram utilizadas especificações comuns dos produtos, além do conhecimento prévio de licitações anteriores deste Centro que obtiveram sucesso junto ao mercado local, no que se refere à competitividade dos itens.

A modalidade de licitação escolhida é o Pregão, conforme inc. XLI do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns.

O critério de julgamento escolhido é o de menor preço, em virtude de o material licitado possuir um bom histórico de participação e disputa.

O modo de disputa escolhido é o aberto e fechado, em virtude do material licitado possuir um bom histórico de participação e os preços estimados serem amplamente divulgados no mercado local, não existe motivo para ser fechado.

A combinação dos parâmetros acima apresentou ser adequada e eficiente em contratações anteriores e serão mantidas para a presente contratação.

V - estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

Foi solicitado pela mensagem R012203Z/ABR/2026 a estimativa de consumo de cada item pelas unidades apoiadas, que deveriam informar as quantidades de gêneros demandadas no período de 2024, 2025 e a previsão para 2026, informando no campo observação a metodologia de cálculo para a estimativa de consumo do ano de 2026.

Outrossim, informo que as unidades apoiadas participantes desta licitação enviaram as suas demandas por intermédio do Termo de Manifestação de Interesse, justificando em seu item 3 as quantidades solicitadas e encaminhando junto uma planilha com o histórico de 2024 e 2025.

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

A Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, que disciplina a orçamentação nos processos licitatórios, prevê variadas possibilidades de levantamento de mercado. Para o presente objeto utilizou-se os incisos:

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de

Continuação do Estudo Técnico Preliminar.

atualização de preços correspondente; e

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso.

Os preços obtidos, o cálculo da **média aritmética** e o preço de referência para cada material a ser contratado estão representados no mapa comparativo.

O valor total estimado da contratação é de R\$ 27.973.151,25 (vinte e sete milhões novecentos e setenta e três mil cento e cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos).

VII - justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável;

Aplicar-se-á o parcelamento da solução, visto que a presente licitação está dividida por itens, facultado ao licitante participar dos itens de seu interesse.

VIII - contratações correlatas e/ou interdependentes;

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes em andamento.

IX - demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano de Contratações Anual (PCA) ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão;

O objeto desta contratação está previsto no Plano de Ação (PA) 2026 e Plano de Aplicação de Recursos (PAR) 2026 das Organizações Militares subordinadas ao Comando do 9º Distrito Naval.

O parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 10.947 de 2022 dispensa ao Comando da Marinha a execução do PCA.

Além disso, o objeto desta contratação está alinhado com a Lei Orçamentária Anual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

X - resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável;

Por meio da presente contratação, a MB busca garantir materiais com a qualidade necessária para assegurar o desenvolvimento de suas atividades administrativas e operativas, como também obter economia de escala e redução dos custos logísticos de sua Cadeia de Suprimentos.

XI - providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do

contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização;

Não há providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração da contratação.

XII - possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento; e

O fornecimento de gêneros alimentícios pode causar impactos ambientais, tais como a contaminação do solo e da água por agrotóxicos, o uso excessivo de recursos naturais como água e energia elétrica, a geração de resíduos sólidos, entre outros.

Para mitigar esses impactos, é necessário adotar medidas que visem à sustentabilidade da produção de alimentos. Uma das medidas mais importantes é a adoção de práticas agrícolas sustentáveis, que reduzam a utilização de agrotóxicos e fertilizantes químicos, promovam a diversidade de culturas, conservem a biodiversidade e os recursos naturais, e incentivem a agricultura familiar.

Outra medida importante é a redução do desperdício de alimentos, que pode ser alcançada por meio de iniciativas como o aproveitamento integral dos alimentos, a doação de alimentos excedentes para instituições de caridade, e a adoção de tecnologias de armazenamento e conservação adequados.

Além disso, é fundamental adotar medidas para reduzir o consumo de água e energia elétrica na produção e transporte de alimentos, por meio de iniciativas como a adoção de tecnologias mais eficientes, a utilização de fontes de energia renovável, e a otimização das rotas de transporte.

Por fim, é importante realizar uma gestão adequada dos resíduos gerados na produção e transporte de alimentos, por meio da coleta seletiva, da reciclagem, e do descarte adequado dos resíduos não recicláveis.

Essas medidas contribuem para reduzir os impactos ambientais da produção e aquisição de alimentos pela Administração Pública Federal, promovendo a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental em toda a cadeia produtiva de alimentos.

Para tanto, faz-se mister o atento cumprimento ao arcabouço normativo e legal em vigência, quais sejam:

- a) A Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelece os objetivos e princípios dessa política, bem como a responsabilidade compartilhada entre governo, empresas e sociedade na gestão de resíduos sólidos.
- b) A Lei nº 7.802/1989, conhecida como Lei dos Agrotóxicos, estabelece os princípios que regem a política nacional de agrotóxicos, bem como as obrigações dos fabricantes e comerciantes desses produtos.
- c) A Lei nº 11.947/2009, que institui o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), define os objetivos e diretrizes desse programa, bem como as obrigações dos fornecedores de alimentos.
- d) Por fim, a Lei nº 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos

Hídricos, estabelece os objetivos e princípios dessa política, bem como a gestão dos recursos hídricos.

É importante destacar que as empresas fornecedoras de gêneros alimentícios também devem cumprir as normas técnicas e regulamentações específicas para o setor de alimentos, como as exigências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para registro de estabelecimentos e produtos, a legislação sanitária, entre outras.

Em síntese, a observância dessas normas e leis é fundamental para garantir a qualidade, a segurança e a sustentabilidade dos gêneros alimentícios fornecidos à Administração Pública Federal.

XIII - posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.

Declara-se que a contratação pretendida é viável, em face das informações de planejamento acima expostas, as quais foram elaboradas em conformidade com o contido na Lei nº 14.333/2021.

Manaus, AM na data da assinatura.

JÉSSICA TEIXEIRA TARTARINI LEITE
Capitão-Tenente (IM)
Encarregada da Divisão de Abastecimento

ASSINADO DIGITALMENTE

APROVO:

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar, que tem como objetivo subsidiar a execução do processo administrativo para a aquisição de gêneros secos na área do Comando do 9º Distrito Naval (Com9ºDN), no período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Manaus, AM na data da assinatura.

ANGELO MAGALHÃES
Capitão de Fragata (IM)
Ordenador de Despesas

ASSINADO DIGITALMENTE